



II Simpósio Internacional de Contabilidade

1.º Painei: **A ordem contabilística**

Título: **A contabilidade no século XXI**

autor: **Luís Lima Santos**

Índice

ÍNDICE	0
RESUMO	1
1) INTRODUÇÃO	2
2) AS ENVOLVENTES DO SISTEMA CONTABILÍSTICO	3
3) O <i>INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE</i>	6
3.1) PROCESSO DE FORMAÇÃO	6
3.2) ESTRUTURA INTERNA	8
3.3) OS OBJECTIVOS	10
3.4) AS PUBLICAÇÕES	10
3.5) O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS <i>IAS</i>	11
3.6) PARTICIPAÇÃO NA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA INTERNACIONAL	12
4) A HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NO LIMAR DO ANO 2000	13
4.1) AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PÚBLICAS	13
4.2) AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PRIVADAS	14
4.3) A ADOPÇÃO DAS <i>IAS</i> POR EMPRESAS MULTINACIONAIS	15
4.4) O CENÁRIO NO NOVO MILÉNIO	15
5) CONCLUSÕES	17
ANEXO I	18
ANEXO II	19
ANEXO III	20
BIBLIOGRAFIA	22

Resumo

Com a presente comunicação o autor apresenta uma abordagem dos aspectos mais relevantes no processo de normalização contabilística internacional, evidenciado os últimos 25 anos e o trabalho do *International Accounting Standards Committee (IASC)*, os cenários (reais) da contabilidade no fim deste milénio e os cenários (prováveis) da contabilidade no século XXI.

Começa por caracterizar os modelos de normalização contabilística que integram o sistema contabilístico; quanto à harmonização contabilística na União Europeia (UE) merecem referências especiais, os instrumentos contabilísticos, a nova estratégia contabilística adoptada e a situação actual e as mudanças significativas em vários países membros da UE.

Seguidamente, apresenta o *IASC*: são abordados o seu processo de formação, a sua estrutura interna, os seus objectivos, a indicação dos trabalhos desenvolvidos e em curso, o processo de elaboração das *International Accounting Standards (IAS)* e a participação na normalização contabilística internacional.

É explicado o processo de harmonização contabilística internacional, onde são apresentadas as organizações internacionais públicas e privadas com maior protagonismo na cena internacional; na esteira de uma sequência lógica, é abordado o panorama contabilístico internacional no limiar do ano 2000, bem como os “actores principais” que nos próximos anos serão protagonistas do recém iniciado processo de “normalização contabilística mundial”.

A comunicação termina com o debate sobre a importância e a aceitação das *IAS*, o seu previsível futuro e, naturalmente, com as conclusões.

1) Introdução

Tradicionalmente, a informação contabilística é utilizada como suporte da prestação de contas ao Estado com a finalidade da tributação (ou não tributação); esta dependência serviu de propulsão ao desenvolvimento de procedimentos e normas que, de uma forma geral, emprestaram à contabilidade a complexidade própria de uma ciência.

A complexidade dos negócios e das relações entre entidades económicas de diversas regiões (continentes) atribuíram à contabilidade uma dimensão mundial, relegando para plano secundário a sua utilidade no contexto nacional ou mesmo local; de facto, na actualidade a contabilidade serve de uma forma clara para informar os investidores no mercado de capitais, acerca do desempenho das entidades económicas; as regras são, de uma forma crescente, ditadas pelos organismos com protagonismo nas bolsas de valores e nas associações de profissionais de contabilidade, relegando-se o papel do Estado para a tributação, por via da supressão dos efeitos resultantes das divergências entre as regras fiscais e as regras contabilísticas.

Também a internacionalização das entidades económicas com a consequente apresentação de informação contabilística consolidada e potenciou a alteração de procedimentos e normas contabilísticas e a criação de outras normas visando informar acerca de um conjunto de entidades como se de uma única entidade se tratasse; o mundo é visto como uma “aldeia global”, onde as diferenças entre a cultura, a economia, a fiscalidade, o idioma, a moeda e a profissão contabilística deixam de ser entraves e passam a ser meros componentes de um sistema.

Existem estudos [Jorge Tua Pereda, 1996, p. 5-8] que dividem a evolução da regulamentação contabilística em três etapas: a empírica (em que as regras eram resultado da experiência), a lógica (em que as regras fluíam de um raciocínio lógico-dedutivo) e a teleológica (em que os objectivos e as características qualitativas da informação contabilística passam a ser determinados em função das necessidades dos utilizadores). É neste sentido que a percepção dos conflitos de interesses entre os diferentes utilizadores da informação contabilística, promove a essencialidade do utilizador [Domingos Cravo, 1991, p. 311] na configuração de um modelo contabilístico, ou seja, na definição de uma estrutura conceptual para a contabilidade e permite reconhecer a volatilidade [Luís Lima Santos, 1998, p. 247-248] da importância atribuída à informação contabilística, em função das vantagens percebidas:

«A informação será mais, ou menos, importante na medida em que os utilizadores lhes percebam, ou não, vantagens:

- os administradores, directores ou gerentes precisam de ajuda tomada de decisões económico-financeiras;
- os investidores procuram concluir acerca da capacidade de determinado negócio gerar dinheiro;
- o governo espera que uma tributação adequada resulte em receitas fiscais;
- os credores procuram respostas na análise do risco dos seus créditos;
- os clientes visam garantir a continuidade dos fornecimentos de bens e serviços;
- os colaboradores gostam de sentir segurança;
- os estudiosos buscam a compreensão e explicação dos fenómenos no mundo dos negócios; e
- em geral, procuram-se soluções para a sistematização do sucesso.»

É um facto inegável que vivemos a reformulação da “contabilidade” em função dos interesses dos grandes grupos económicos com influência nos organismos de normalização contabilística; por outro lado, a complexidade das normas obriga à formação contínua dos profissionais de contabilidade o que, nem sempre, se revela positivo¹ pois a oportunidade de apresentar a informação pode subtrair a qualidade informativa da mesma. Entretanto, a própria revolução das tecnologias da informação merece reflexão uma vez que a contabilidade assegura o objectivo principal de informar, devendo fazê-lo sustentada nas novas tecnologias; se a base de *inputs* é invariável², já os *outputs* devem variar em função das necessidades dos utilizadores da informação.

Sem esgotar as abordagens de análise do desempenho das entidades, será importante sobrelevar a questão social (nomeadamente a decorrente dos danos ambientais) e a questão do ensino da contabilidade em função de normas, sem um componente teórico adequado e com a consequente falta de criatividade, tão importante para o desenvolvimento sustentado de uma ciência.

2) As envolventes do sistema contabilístico

A normalização da contabilidade em função dos interesses dos grandes grupos económicos, com influência nos organismos internacionais de normalização contabilística, esbarra na diversidade de destinatários, potenciais utilizadores da informação contabilística.

É difícil entender este paradoxo, no entanto, se pensarmos que a contabilidade tem vindo a assumir importância crescente, a sua importância na actualidade é função das vantagens que os utilizadores (e são diversos) percebem naquela informação.

A contabilidade passou do contexto local (sectorial ou geográfico), para o contexto nacional, depois para o contexto regional (continental) e actualmente situa-se no contexto mundial; durante o processo de mudança, tem-se verificado forte influência jurídico-fiscal na contabilidade; actualmente essa influência³ é partilhada com as Bolsas de Valores.

Na opinião de alguns especialistas [Octávio Gastambide Fernandes, 1997, p. 19] existe apenas um sistema contabilístico, cujos dados suporte servem vários subsistemas informativos, em função do utilizador; esta dependência em relação às necessidades do utilizador manifesta as características de um sistema contabilístico multidimensional [Armandino Rocha, 1999, p. 6] em que o poder informativo vai para além da dicotomia “débito” e “crédito”.

Como sistema que é, em interacção com outros sistemas e sub-sistemas, a contabilidade não deve ser considerada como uma simples soma das partes, mas como um todo organizado e complexo, resultado da combinação das partes; de facto, o paralelismo ideológico entre a contabilidade e os

¹ Pelo menos de forma imediata.

² Uma vez que deverá conter informação sobre todos os factos susceptíveis de registo contabilístico.

outros ramos do conhecimento serve de auxílio na procura de princípios que permitam a compreensão dos fenómenos no mundo dos negócios e o assegurar do equilíbrio das entidades económicas.

Esta visão holística da contabilidade, mais funcional relativamente à tradicional, permite a apreensão dos sub-sistemas envolventes do sistema contabilístico, que dividimos em dois grandes grupos e representamos de seguida:

- os sub-sistemas envolventes de interacção geral (o político, o económico, o jurídico, o sócio-cultural); e
- os sub-sistemas envolventes de interacção específica (o ensino da contabilidade, a regulamentação da profissão de perito contabilista, a fiscalidade e os utilizadores da informação contabilística).



Fonte: ALVES, Leopoldo de Assunção [1999; p. 7].

³ Aquelas influências originam bruscas modificações na cultura profissional do contabilista; constituem prova, em Portugal, o surgimento e incremento dos mestrados em contabilidade e a necessidade de doutoramentos na mesma área, o que é prática comum em vários países.

Sendo a contabilidade um sistema aberto em relação de interdependência com o seu ambiente interno e externo, o seu desenvolvimento sustentado é reflexo de ajustamentos às pressões, exigências e contingências daquele ambiente.

Para melhor se compreender os sub-sistemas envolventes do sistema contabilístico torna-se necessário estabelecer linhas de orientação daqueles sub-sistemas contabilísticos [Leopoldo de Assunção Alves, 1999, p. 8-9]:

- A linha de orientação pública⁴, em que a contabilidade é regulada por diplomas legais, sendo um instrumento estatal de política fiscal e regulação económica; há, portanto, uma grande influência da fiscalidade que promove a regulamentação do “resultado contabilístico” reduzindo ao mínimo as diferenças entre este e o “resultado fiscal”. É uma contabilidade vocacionada para proporcionar informação aos utilizadores internos pelo que, a fiscalização tributária resulta no maior esforço de controlo; este tipo de orientação tem tradição em países como a Alemanha, o Japão, a França, a Espanha e Portugal.
- A linha de orientação privada⁵, em que a contabilidade é regulada por normas emanadas por organizações de profissionais o que, por si só, justifica uma profissão de perito contabilista forte e a utilização da informação contabilística como instrumento empresarial; é reduzida a influência da fiscalidade, razão pela qual existe acentuada diferença entre o “resultado contabilístico” e o “resultado fiscal”. É uma contabilidade vocacionada para proporcionar informação aos utilizadores em geral e aos investidores em especial, razão pela qual o controlo das contas é feito por via de auditorias independentes; este tipo de orientação tem tradição em países como o Reino Unido, a Holanda, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

É possível, então, inferir que a nível de instrumentos normativos, a linha de orientação pública adopta, sob a forma de documento legal, os planos de contas, as regras e os documentos de prestação de contas; em sentido diverso, a linha de orientação privada adopta, sob recomendação profissional, numerosas normas de contabilidade detalhadas e documentos de prestação de contas orientados para os investidores; naturalmente, a linha de orientação mista permite a coexistência das características comuns às linhas de orientação, em proporções diversas (Anexo I).

No entanto, a normalização contabilística apresenta amplitudes muito para além da dimensão nacional: a regional e a mundial; neste final de século assiste-se ao confronto das *IAS*⁶ com os *US GAAP*⁷ e à normalização contabilística partindo das contas consolidadas para as contas individuais [Leopoldo de Assunção Alves, 1999, p. 53-60].

⁴ Ou jurídico-fiscal.

⁵ Ou económico-financeira.

⁶ *International Accounting Standards*.

⁷ *United States Generally Accepted Accounting Principles*.

Como refere Carlos Baptista da Costa⁸, a globalização da economia tem influências fortíssimas a nível de contabilidade: as grandes empresas internacionais (*global players*) pretendem cotar suas acções nas principais bolsas mundais, onde se destaca a de *New York*, tarefa que se tem mostrado difícil devido à forte oposição do *FASB* que considera os *US GAAP* são tecnicamente mais avançados que as *IAS*.

Por um lado, temos a União Europeia (UE) a apoiar o trabalho do *IASC*⁹ (alguns países¹⁰ têm, inclusive, autorizado as suas empresas com acções cotadas em bolsa a preparar e apresentar contas consolidadas de acordo com as *IAS*) e o *IOSCO*¹¹ a propor ao *IASC* a preparação de um conjunto básico de normas contabilísticas internacionais por forma a «viabilizar as ofertas públicas internacionais e a cotação transfronteiriça de emitentes multinacionais»¹².

Por outro lado, se o apoio da UE parece indiferente, a aproximação entre o *IOSCO* e o *IASC* não é bem vista pela *SEC*¹³, organismo que controla as actividades bolsistas nos Estados Unidos da América, por dois motivos que parecem evidentes: a *SEC* defende que os *US GAAP* são realmente mais adequados; e a perda de importância do *FASB*, em favor do *IASC*, se o *IOSCO* aceitar as *IAS*.

Esta situação levou à criação de um novo organismo normalizador designado **G4+1**, criado, exclusivamente, por organismos de países anglo-saxónicos: Estados Unidos da América, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Qualquer que seja a solução encontrada - em função do(s) organismo(s) normalizador(es) - as empresas afectadas pelo processo de normalização não se resumem às que têm acções cotadas; é, pois, um problema que vai influenciar a vida das empresas qualquer que seja a sua dimensão.

3) O *International Accounting Standards Committee*

Esta parte da comunicação assenta¹⁴ no estudo do processo de formação do *IASC*, na apreciação da sua actual estrutura, na apresentação dos seus objectivos e das suas publicações; é abordada, também, a sua participação na normalização contabilística internacional.

3.1) Processo de formação

Em 29 de Junho de 1998 o *IASC* comemorou 25 anos de existência. O seu processo de formação é longo e pode ser resumido com base em alguns acontecimentos aos quais reputamos maior importância e que enunciamos de seguida¹⁵:

⁸ [1999; p. 3-4].

⁹ *International Accounting Standards Committee*.

¹⁰ Tais como a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a França e a Itália.

¹¹ *International Organisation of Securities Commissions*.

¹² Comunicado final da XXIV Conferência Anual da *IOSCO*; Lisboa, 23 a 28 de Maio de 1999.

¹³ *Securities and Exchange Commission*.

¹⁴ Que tem como base um estudo de Jorge Reis Simões [1999; p. 8-13].

¹⁵ Jorge Reis Simões [1999; 8].

- (1959; reunião anual do *AICPA*, S. Francisco, Estados Unidos da América) intervenção de *Jacob Kraayenhof* (presidente do *NIVRA*¹⁶) referindo a necessidade de utilizar normas internacionais de contabilidade;
- (1966; conferência anual do *CICA*¹⁷, Regina, Canadá) proposta de *Henry Benson* (presidente do *ICAEW*¹⁸) aos presidentes do *AICPA* e do *CICA*, no sentido de constituir um grupo de estudo dos problemas que se colocavam à contabilidade e aos contabilistas;
- (1966; reunião da Comissão Executiva do *AICPA*, *Boston*, Estados Unidos da América) participação de *Henry Benson* na formalização da criação do *AISG*¹⁹, cuja primeira reunião veio a decorrer em Fevereiro do ano seguinte;
- (1972; X Congresso Internacional de Contabilistas, Sydney, Austrália) proposta conjunta do presidente do *ICAS*²⁰ e dos representantes do *AICPA*, *CICA* e *ICAEW*, no sentido de criar um organismo internacional, com o objectivo de emitir normas de contabilidade com utilização internacional;
- (1972; reunião, Londres, Inglaterra) formulação de convite a organismos de mais seis países: Alemanha, Austrália, França, Holanda, Japão e México;
- (1973; reunião, Londres, Inglaterra) elaboração dos textos do acordo de constituição do *IASC* e dos seus estatutos; e
- (1973; Londres, Inglaterra) dia 28 de Junho de 1973 teve lugar a reunião inaugural do *IASC*; no entanto, a data de 29 de Junho de 1973 é considerada a da sua fundação; neste dia teve lugar a primeira reunião do Conselho, tendo sido assinados o acordo de constituição e os estatutos e sido eleito o primeiro presidente, *Henry Benson*²¹.

A título informativo, apresentamos o seguinte quadro que ilustra de forma ordenada, os países e organizações fundadores do *IASC*:

países	organizações
Alemanha	<i>Institut der Wirtschaftsprüfer in Deutschland</i>
Austrália	<i>The Institute of Chartered Accountants in Australia</i>
Canadá	<i>The Canadian Institute of Chartered Accountants</i> <i>General Accountant's Association of Canada</i> <i>The Society of Management Accountants of Canada</i>
Estados Unidos da América	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
França	<i>L'Orde des Experts Comptables et des Comptables Agréés</i>
Holanda	<i>Nederlands Instituut van Registeraccountants</i>
Japão	<i>The Japanese Institute of Certified Public Accountants</i>
México	<i>Instituto Mexicano de Contadores Públicos</i>
Reino Unido e Irlanda	<i>The Institute of Chartered Accountants in England and Wales</i> <i>The Institute of Chartered Accountants of Scotland</i> <i>The Institute of Chartered Accountants in Ireland</i>

¹⁶ *Nederlands Instituut van RegisterAccountants.*

¹⁷ *The Canadian Institute of Chartered Accountants.*

¹⁸ *The Institute of Chartered Accountants in England and Wales.*

¹⁹ *The Accountants International Study Group.*

²⁰ *The Institute of Chartered Accountants of Scotland.*

²¹ O actual presidente, em representação da *Nordic Federation of Public Accountants*, é *Stig Enevoldsen*, da "Deloitte & Touche - Copenhagen".

	<i>The Association of Certified Accountants</i> <i>The Institute of Cost and Management Accountants</i> <i>The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy</i>
--	--

Fonte: SIMÕES, Jorge Reis [1999; p. 12].

Para uma análise detalhada da história e acontecimentos mais importantes na vida do *IASC*, propomos a consulta da cronologia deste organismo internacional, desde a data da sua fundação até à actualidade²².

3.2) Estrutura interna

O *IASC* é constituído por diversas organizações nacionais de contabilistas e auditores e por outras organizações com interesses na contabilidade e que fazem parte da *IFAC*²³, como decorre do acordo celebrado entre estes dois organismos, desde 1983. Em Portugal, a organização que primeiro representou os peritos contabilistas no *IASC*, foi a Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC), que integrou a *IFAC* desde a sua fundação, por ocasião do XI Congresso Internacional de Contabilistas realizado em Munique, Alemanha, em Outubro de 1977. Juntou-se-lhe, entretanto, a Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas (APPC)²⁴ e, actualmente, é a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas a única organização portuguesa presente naqueles dois organismos internacionais. Todos os países da UE estão representados no *IASC*; juntamente com a Espanha, a Finlândia, a Holanda e o Luxemburgo, Portugal é representado, apenas, por uma organização; todos os restantes países, com a excepção do Reino Unido que é representado por cinco organizações, estão representados por duas organizações cada.

8

Para atingir os seus objectivos o *IASC* dispõe, além do Secretário Geral e de um conjunto de técnicos de reputada qualificação e prestígio, dos seguintes órgãos: Conselho (*Board*); Conselho Consultivo (*Advisory Council*); Grupo Consultivo (*Consultative Group*); Comité Executivo (*Executive Committee*); Comités Orientadores (*Steering Committees*); Comité Permanente de Interpretações (*Standing Interpretations Committee*); e Grupo de Trabalho sobre Estratégia (*Strategy Working Party*).

O Conselho

O Conselho é o órgão, que tem reunido trimestralmente, com a responsabilidade de conduzir as actividades do *IASC*, intervindo em todas as fases decisivas da elaboração das normas, inclusive, a sua aprovação para publicação; é constituído por 13 países²⁵ nomeados pelo Conselho da *IFAC* e por até 4 organizações com interesse no *financial report*; é dirigido por um presidente, actualmente, *Stig Enevoldsen*.

O Conselho Consultivo

²² Em "http://www.iasc.org.uk.frame/cen1_13.htm".

²³ *International Federation of Accountants*, com sede oficial em Genebra, na Suíça, e sede operacional em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

²⁴ Na altura designada Associação Portuguesa de Contabilistas (APC).

²⁵ Ou conjuntos de países.

Criado em 1995, para reunir pelo menos uma vez por ano, o Conselho Consultivo constitui um suporte de alta categoria técnica para aconselhamento do Conselho; é constituído por 10 membros notáveis, nomeados pelo Conselho, oriundos da profissão de Perito Contabilista, das actividades empresariais e de outros utilizadores das demonstrações contabilísticas; tem um papel fundamental, reflectido na promoção da aceitação do trabalho realizado e na procura de financiamentos com o objectivo de manter a independência do IASC.

O Grupo Consultivo

Criado em 1981, com reuniões periódicas, o Grupo Consultivo é o órgão que discute com o Conselho os aspectos técnicos relacionados com os trabalhos realizados, no sentido de acrescentar credibilidade às IAS e potenciando a sua aceitação; é constituído²⁶ por representantes de organizações internacionais de preparadores e utilizadores das demonstrações contabilísticas, bolsas de valores e autoridades supervisoras dos mercados de valores mobiliários.

O Comité Executivo

Nomeado pelo conselho, o Comité Executivo trata de aspectos administrativos; para além de outros elementos, este órgão inclui o presidente, os vice-presidentes e o secretário-geral do Conselho.

Os Comités Orientadores

Não fazendo parte da estrutura organizativa, os Comités Orientadores são nomeados pelo Conselho, e dirigidos por um seu representante, sempre que a “agenda técnica” envolva temas a ser eventualmente tratados numa norma, já existente ou a preparar; desenvolvem, portanto, trabalhos tendentes ao progressivo ajustamento de um texto base²⁷ até que o mesmo seja aprovado como norma; normalmente, é constituído por representantes de pelo menos 3 países e representantes de outras organizações presentes no Conselho ou no Grupo Consultivo, ou especialistas em determinados domínios técnicos.

O Comité Permanente de Interpretações

Criado em 1997, reúne quatro vezes por ano, o Comité Permanente de Interpretações é o órgão cujo objectivo é garantir a rigorosa aplicação das IAS e a comparabilidade internacional das demonstrações contabilísticas em cuja preparação aquelas foram utilizadas; emite interpretações relativas a aspectos das normas susceptíveis de diferentes aplicações; actualmente é constituído²⁸

²⁶ Além de representantes ou observadores de entidades ligadas ao desenvolvimento, organismos normalizadores e organizações intergovernamentais, como o Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Comissão Europeia.

²⁷ Em regra, existem dois documentos prévios à norma: o projecto de declaração de princípios (*draft statement of principles*) e o projecto de norma (*exposure draft*). qualquer destes documentos é objecto de divulgação para efeitos de recolha de comentários, sendo os projectos de declaração de princípios da responsabilidade dos Comités Orientadores e os projectos de normas da responsabilidade do Conselho.

²⁸ Consultar «http://www.iasc.org.uk/frame/cen4_51.htm».

por 16 membros, dos quais um é o presidente, dois servem de ligação ao Conselho e três são observadores (dois da *IOSCO* e um da Comissão Europeia).

O Grupo de Trabalho sobre Estratégia

Criado em 1997, o Grupo de Trabalho sobre Estratégia é o órgão cujo objectivo é encontrar respostas para as grandes questões, uma relativa aos objectivos do IASC e outra relativa à melhor estrutura para alcançar aqueles objectivos, que surge após o cumprimento da preparação de um conjunto de *IAS* que, da sua adequada aplicação, permitirão o acesso das empresas à generalidade das bolsas de valores sem necessidade de preparar novas demonstrações contabilísticas; é constituído por 13 membros, e dirigido por um presidente (fazem parte deste grupo os presidentes do *IASC* e da *IFAC*).

3.3) Os objectivos

Em conformidade com o consagrado nos seus estatutos, cuja última revisão foi aprovada em 11 de Outubro de 1992, os objectivos do IASC são:

- preparar e publicar, no interesse público, normas de contabilidade a serem seguidas na apresentação das demonstrações contabilísticas;
- promover a aceitação e observância internacionais daquelas normas; e
- de uma forma geral, trabalhar para a melhoria da harmonização das normas, regulamentos e procedimentos contabilísticos relacionados com preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas.

10

Por outro lado, existe um compromisso dos seus membros, expresso na *IAS n.º 1* revista em 1997, em apoiar os objectivos do IASC:

- publicando as *IAS* nos respectivos países;
- assegurando que as demonstrações contabilísticas sejam apresentadas em conformidade com as *IAS* e com as *Interpretations* do *SIC*, em todos os aspectos, e que divulguem tal facto;
- persuadindo os governos, as entidades emissoras de normas e as autoridades que controlam os mercados de valores mobiliários de que as demonstrações contabilísticas devem estar de acordo com as *IAS*, em todos os aspectos; e
- procurando assegurar a aceitação e observância das *IAS*.

3.4) As publicações

Assume extrema importância, para o IASC, a ampla divulgação das *IAS* e de outros assuntos relacionados; as várias publicações são editadas, entre outros idiomas, em inglês, francês, alemão e espanhol. Após consulta do site do IASC na internet²⁹ julgamos de interesse destacar as seguintes

²⁹ Em «<http://www.iasc.org.uk.frame/cen7.htm>».

publicações: *International Accounting Standards*; *IASC Insight*; *IASC Update*; *News from the SIC*; e *IASC's Annual Review*.

International Accounting Standards

Trata-se de um volume compacto, também disponível em *compact disk*, em edição anual referenciada a Janeiro de cada ano, contendo todas as normas publicadas e outros documentos fundamentais.

IASC Insight

Trata-se de uma *newsletter*, em edição trimestral (referenciada a Março, Junho, Outubro e Dezembro de cada ano); é portanto uma revista com notícias acerca do IASC.

IASC Update

Trata-se de uma revista, com edições relativas às reuniões do Conselho, em que são sumariadas as decisões de cada reunião daquele órgão.

News from the SIC

Trata-se de uma outra *newsletter*, com edições relativas às reuniões do Comité Permanente de Interpretações, em que são sumariadas as decisões de cada reunião daquele órgão.

IASC's Annual Review

É a publicação, com edição anual, em que são narradas as actividades anuais e os projectos em curso; os quadros apresentados permitem-nos uma ideia acerca dos projectos recentemente concluídos e dos projectos ainda em curso (Anexo II).

3.5) O processo de elaboração das IAS

A elaboração das normas internacionais de contabilidade pode ser dividida em três fases³⁰: **1.ª fase** (1973 / 1986): elaboração de normas gerais; **2.ª fase** (1987 / 1995): a elevação dos níveis de exigência e a redução das opções, levam à reformatação das normas, com o objectivo de permitir a comparabilidade das demonstrações contabilísticas; e **3.ª fase** (1995 / 1998): acções decorrentes do acordo estabelecido com o IOSCO³¹.

Actualmente, a elaboração das normas do IASC passa por um processo rigoroso, em que a opinião dos membros não é dispensada; podemos dividir o processo nas fases que se seguem (sublinhando os órgãos pela sua ordem de intervenção): definição do projecto de norma pelo Conselho; nomeação do Comité Orientador pelo Conselho; elaboração do *Draft Statement of Principles*³² (DSOP) pelo

³⁰ Leopoldo de Assunção Alves [1999; p. 42].

³¹ O *core set of accounting standards* definido pelo IOSCO em 1993 compreendia quarenta tópicos, com o objectivo principal de promover a aproximação das IAS às US GAAP; o IASC comprometeu-se, além de elaborar *Interpretations* às suas IAS, a rever as IAS existentes e a elaborar novas IAS.

³² Projecto de declaração de princípios.

Comité Orientador; discussão do *DSOP* pelos membros do *IASC*; elaboração do *Exposure Draft (ED)* pelo Comité Orientador; discussão do *ED* pelos membros do *IASC*; elaboração da *International Accounting Standard (IAS)* pelo Comité Orientador; e aprovação da *IAS* pelo Conselho.

3.6) Participação na normalização contabilística internacional

A complexidade dos negócios e das relações entre entidades económicas de diversas regiões (continentes) atribuíram à contabilidade uma dimensão mundial, relegando para plano secundário a sua utilidade no contexto nacional ou mesmo local. Quando analisamos as envolventes do sistema contabilístico referimos o confronto das *IAS* com as *GAAP*; alguns autores³³ admitem que o *IASC* ganhará a hegemonia da harmonização contabilística internacional, ainda que com forte influência do *Financial Accounting Standards Board (FASB)* que emitiu já cerca de 135 normas contra as 39 do *IASC*.

Antes de mais poderemos questionar a importância das normas para um país como **Portugal**, que constitui uma pequena economia aberta que integra o primeiro conjunto de países que adoptam a moeda única europeia, o euro; não parecem existir dúvidas quanto ao esforço de promoção e aceitação das *IAS*³⁴, tanto mais que é crescente a sua aceitação internacional, nomeadamente ao nível das autoridades que controlam os mercados de valores mobiliários.

É, aliás, a própria Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que se refere às *IAS* na hierarquia que estabeleceu para a aplicação dos princípios contabilísticos geralmente aceites; o desempenho da CNC é importante para o desenvolvimento da contabilidade em Portugal porque, como entidade normalizadora, permite uma aproximação ao processo de harmonização levado a efeito pelos organismos internacionais de contabilidade, nomeadamente a *IFAC* e o *IASC*.

Uma breve indagação do trabalho desenvolvido em Portugal, pela CNC, comparativamente ao trabalho apresentado pelo *IASC* permite-nos apresentar dois quadros, o primeiro com a lista das normas (normas interpretativas e directrizes contabilísticas) da CNC e o segundo com o comparativo das normas do *IASC* (Anexo III).

Desta análise comparativa, é possível verificar que a CNC não segue de forma clara e integral as normas do *IASC* uma vez que diversas *IAS* não têm, ainda, reflexo nas directrizes contabilísticas da CNC; são exemplo, as seguintes *IAS*: n.º 2, «inventários»; n.º 4, «contabilização da depreciação»; n.º 10, «contingências e acontecimentos ocorrendo após a data do balanço»; n.º 12, «impostos sobre os lucros»; n.º 14, «relato financeiro por segmentos»; n.º 15, «informação reflectindo os efeitos das variações de preços»; n.º 23, «custos de empréstimos obtidos»; n.º 24, «divulgação de partes correlacionadas»; n.º 25, «contabilização de investimentos financeiros»; n.º 29, «relato financeiro em economias hiperinflacionárias»; n.º 30, «divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de

³³ José Domingos da Silva Fernandes [1998; p. 5].

³⁴ Ver «http://www.iasc.org.uk/frame/cen1_12c.htm».

instituições financeiras similares»; n.º 33, «resultados por acção»; n.º 34, «resultado financeiro intercalar»; n.º 35, «operações descontinuadas»; n.º 36, «desvalorização de activos»; n.º 37, «provisões, passivos contingentes e activos contingentes»; e n.º 38, «activos intangíveis».

A justificação para esta discrepância poderá residir no entendimento que a CNC terá relativamente ao conteúdo do plano oficial de contabilidade em vigor em Portugal (POC), uma vez que a grande número de directrizes contabilísticas servem para explicar pormenores na aplicação do POC; por outro lado, são poucas as empresas portuguesas com acções cotadas em bolsas internacionais, portanto, com obrigação de apresentar as demonstrações contabilísticas em concordância com as *IAS* e as *Interpretations* do *SIC*.

Não obstante, tal como refere José Domingos da Silva Fernandes [1998; 4], em Portugal é já nítida a influência das *IAS*; é com esta convicção que a directriz contabilística n.º 18, de 18 de Dezembro de 1996, subordina o uso dos princípios contabilísticos geralmente aceites à seguinte hierarquia: primeiro, os que constam do POC; segundo, os constantes das directrizes contabilísticas da CNC; e por último, os divulgados nas *IAS* emitidas pelo *IASB*.

Num futuro próximo é provável a inversão da hierarquia determinada pela directriz contabilística n.º 18, uma vez que o surgimento do euro vem abrir caminhos e proporcionar oportunidades à harmonização da contabilidade a nível mundial.

4) A harmonização contabilística no limiar do ano 2000³⁵

A necessidade de normas internacionais é evidente em três³⁶ pontos distintos: a internacionalização da economia em 1950; a concentração das actividades económicas em 1970; e a globalização da economia a partir de 1990.

Surgem, então, os organismos de normalização contabilística internacional, regional e mundial, de carácter público e de carácter privado: dentro dos organismos emissores de normas internacionais de contabilidade evidenciam-se a ONU (organização política mundial), a *IFAC* e o *IASB* (organizações profissionais mundiais), a UE (organização económica regional) e o Banco Mundial (organização financeira mundial); e dentro dos organismos com necessidade de normas internacionais de contabilidade evidencia-se o *IOSCO* (organização bolsista internacional).

4.1) As organizações internacionais públicas

Existem organizações com competência para emitir normas de âmbito mundial, normas de âmbito regional e recomendações de âmbito mundial.

³⁵ Leopoldo de Assunção Alves [1999; p. 17-37].

³⁶ Se admitirmos que o ano 2000 teve um efeito acelerador na universalização do pensamento e da técnica contabilística, serão quatro os momentos.

Organizações com competência para emitir normas de âmbito mundial

- Políticas:
 - *United Nations / The Intergovernmental Working Group of Expert on International Standards of Accounting and Reporting (UN / IWGE / ISAR)*³⁷.
- Financeiras:
 - O Banco Mundial.

Organizações com competência para emitir normas de âmbito regional

- Económicas:
 - Parlamento da UE; e
 - Comissão da XV Direcção Geral da UE.

Organizações com competência para emitir recomendações de âmbito mundial

- Económicas:
 - Grupo de Trabalho sobre Normas Contabilísticas, do Comité de Investimentos Internacionais e de Empresas Multinacionais da OCDE.

4.2) As organizações internacionais privadas

14

Existem organizações com competência para emitir normas de âmbito mundial, recomendações de âmbito regional e com forte influência contabilística de âmbito mundial.

Organizações com competência para emitir normas de âmbito mundial

- Profissionais:
 - *IASC*; e
 - *IFAC*.

Organizações com competência para emitir recomendações de âmbito regional

- Profissionais:
 - *Confederation of Asia and Pacific Accountants (CAPA)*;
 - *Eastern Central and Southern African Federation of Accountants (ECSAFA)*;
 - *Federation des Experts Comptables Europeenes (FEE)*;
 - *Interamerican Accounting Association (IAA)*; e
 - *The Association of Accountancy Bodies in West Africa (ABWA)*.

³⁷ No âmbito da Comissão de Empresas Transnacionais, do Conselho Económico Social da ONU. Esta organização, pioneira na harmonização contabilística internacional, desenvolveu trabalhos sobre "objectivos e conceitos relacionados com as demonstrações contabilísticas", "relato financeiro de empresas transnacionais", "empreendimentos conjuntos", "privatizações", "preços de transferência" e "ambiente".

Organizações com forte influência contabilística de âmbito mundial

- Financeiras:
 - IOSCO.

4.3) A adopção das IAS por empresas multinacionais

O IASC preparou um estudo³⁸ em que participaram 56 países; o objectivo era determinar os vários níveis de aceitação das IAS; apresentamos um resumo dos resultados³⁹:

- **as IAS são usadas como normas nacionais:** «Croatia, Cyprus, Kuwait, Latvia, Malta, Oman, Pakistan, Trinidad & Tobago»;
- **as normas nacionais são desenvolvidas por tópicos das IAS:** «Malasya, Papua New Guinea»;
- **as IAS são usadas directamente como normas nacionais mas, em alguns casos, são modificadas:** «Albania, Bangladesh, Barbados, Colombia, Jamaica, Jordan, Kenya, Poland, Sudan, Swaziland, Thailand, Uruguay, Zambia, Zimbabwe»;
- **as normas nacionais são desenvolvidas em separado mas com base nas IAS; apresentam explicações adicionais:** «China, Iran, Philippines, Slovenia, Tunisia»;
- **as normas nacionais são desenvolvidas em separado mas, na maior parte dos casos, têm base nas IAS sem lhes fazer referência; permitem mais, ou menos, opções em relação às IAS:** «Brazil, Czech Republic, France, India, Ireland, Lithuania, Mauritius, Mexico, Namibia, Netherlands, Norway, Portugal, Singapore, Slovak Republic, South Africa, Switzerland, Turkey»;
- **as normas nacionais são desenvolvidas em separado mas, na maior parte dos casos, têm base nas IAS sem lhes fazer referência; incluem uma demonstração comparativa com as IAS:** «Australia, Denmark, Hong Kong, Italy, New Zealand, Sweden, Yugoslavia»;
- **as normas nacionais são desenvolvidas em separado:** «Austria, Belgium, Canada, Finland, Germany, Japan, Korea, Luxembourg, Spain, United Kingdom, United States»;
- **as normas nacionais não existem, actualmente:** «Romania»; e
- **as normas nacionais não existem; apesar de usadas, as IAS não são formalmente adoptadas:** «Botswana, Lesotho».

4.4) O cenário no novo milénio

Em termos económicos e financeiros, o mundo assiste à liberalização e globalização da economia, com a consequente concentração de actividades empresariais a nível nacional, regional e mundial; assiste, também à formação de grandes regiões económicas interrelacionadas, à globalização dos mercados, financeiros e de valores mobiliários, e às sucessivas crises económicas na Ásia e na América do Sul. Estas divergências são factores que apelam à mudança.

O IASC terminou a 3.^a fase da normalização contabilística, decorrente do acordo com o IOSCO; verifica-se uma redução das diferenças entre as IAS e as US GAAP; é cada vez maior a aceitação

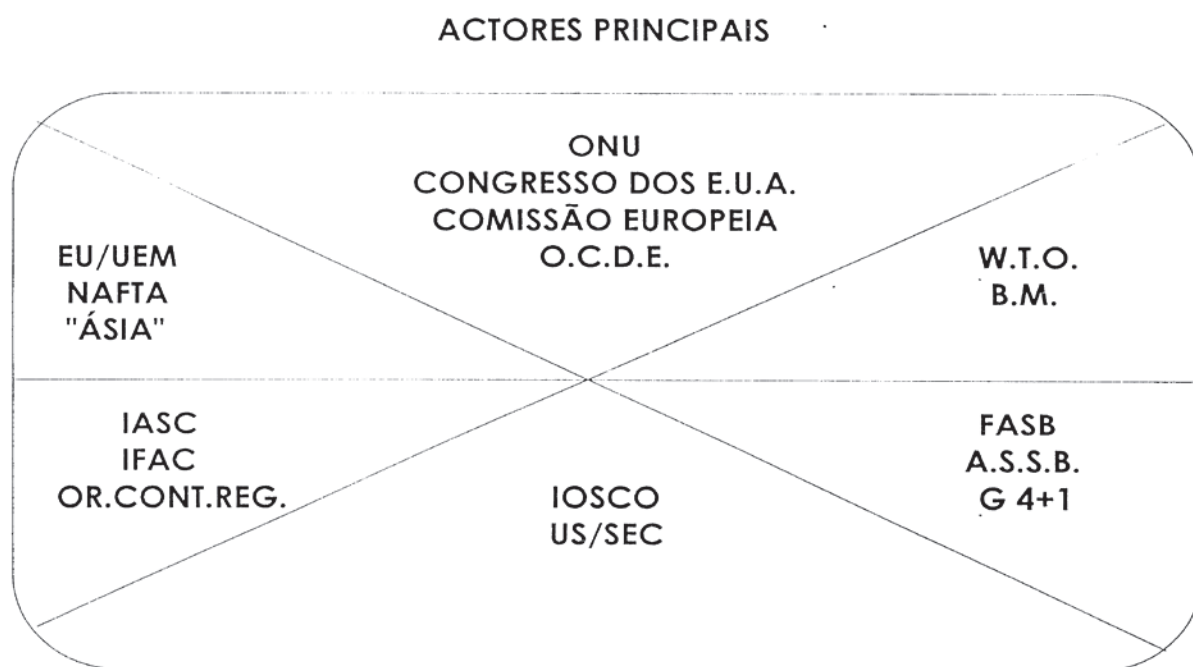
³⁸ Em 1996.

das IAS: União Económica Monetária, *Global Players* (fora dos Estados Unidos da América), *Regional Players* (fora dos Estados Unidos da América e da UE), grandes empresas (fora dos Estados Unidos da América) e Bolsas de Valores Mobiliários (*IOSCO*).

Num cenário preconizado por Leopoldo de Assunção Alves [1999; p. 56 e 57], é possível inferir que o euro será a moeda das Bolsas de Valores⁴⁰, as IAS e as ISA serão adoptadas progressivamente e o modelo *dual standard* será uma realidade:

- As “*Big*” IAS serão adoptadas pelos *Global Players* europeus, pelos *Euro Players* e pelas grandes empresas, cotadas e não cotadas; as médias empresas ficam com a opção de as adoptar, ou não.
- As “*Little*” IAS serão opção para as grandes empresas não cotadas e adoptadas pelas médias empresas e pelas pequenas empresas.
- As micro empresas adoptarão as normas nacionais, mais simples, ou opcionalmente as “*Little*” IAS.

Caminhamos para a aceitação generalizada das IAS; no entanto, a SEC⁴¹ e o FASB continuarão a resistir à aceitação das IAS nos Estados Unidos da América; como actores principais, no início do próximo milénio, podemos sugerir os que a seguir se apresentam:



Fonte: Leopoldo de Assunção Alves [1999; p. 61]

³⁹ Leopoldo de Assunção Alves [1999; p. 47].

⁴⁰ Aliás, actualmente, já o é.

⁴¹ A SEC continuará a resistir, também, à aceitação das *International Standards of Auditing* (ISA) nos Estados Unidos da América.

5) Conclusões

Após a apresentação dos últimos 25 anos de trabalho do *IASC* parece-nos que o processo de normalização contabilística internacional é irreversível; como membro do *IASC*, Portugal está envolvido no processo.

Os actuais modelos de normalização contabilística apontam para diferentes níveis de intervenção dos sub-sistemas do sistema contabilístico, no entanto, a globalização da economia e a aproximação dos mercados torna pouco provável o atraso do processo de normalização contabilística; para obstar a qualquer fracasso foi criado o **G4+1**.

Apesar da forte influência do *Financial Accounting Standards Board (FASB)* que emitiu já cerca de 135 normas contra as 39 do *IASC*, é mais do que provável o confronto das *IAS* com as *GAAP*, admitindo, alguns autores que o *IASC* vença a luta pela hegemonia da harmonização contabilística internacional, com a consequente aceitação generalizada das *IAS*.

Anexo I

<p>A - NORMALIZAÇÃO PÚBLICA (JURÍDICA)</p> <ul style="list-style-type: none"> Regulamentação contabilística na dependência de instituições governamentais ou para governamentais Modelos de aplicação <ul style="list-style-type: none"> Orientação macroeconómica Forte envolvimento do sistema jurídico e fiscal Legislação societária complexa Ênfase nos aspectos formais Instrumentos normativos <ul style="list-style-type: none"> Leis, Decretos Leis, Regulamentos Planos de contas ou regras legais Documentos de Prestação de Contas (Contas Legais) Obrigatoriedade legal Estatutal - Política - Nacionalista Rígida - conservadora - resistente à inovação Típica de economias "protegidas" (desenvolvidas ou não) Profissão contabilística orientada pelo Estado Países de aplicação <ul style="list-style-type: none"> Forte - (Alemanha, Japão, Itália) Moderado - (França, Bélgica, Espanha, Portugal) 	<p>B - NORMALIZAÇÃO PRIVADA (ECONÓMICA)</p> <ul style="list-style-type: none"> Regulamentação contabilística na dependência de instituições civis (profissionais e outras) Modelos de aplicação <ul style="list-style-type: none"> Orientação micro económica Flexibilidade do sistema jurídico Legislação mercantil precisa e pouco analítica Ênfase nos aspectos substanciais Instrumentos normativos <ul style="list-style-type: none"> Normas de contabilidade numerosas e analíticas Influência dominante da profissão contabilística Relato Financeiro direccionado para investidores Recomendada Profissionalmente Civilista - técnica - internacionalista Flexível - liberal - receptiva à inovação Típica de economias desenvolvidas, "não protegidas" Profissão contabilística auto regulamentada Países de Aplicação <ul style="list-style-type: none"> Forte - (Canadá, Nova Zelândia, Austrália, U.K., Irlanda) Moderado - (U.S.A.) <p>C - NORMALIZAÇÃO MISTA</p> <ul style="list-style-type: none"> Coexistência (em proporções diversas) das características comuns às duas anteriores
--	--

Fonte: ALVES, Leopoldo de Assunção [1999; p. 10-11].

RECENTLY COMPLETED PROJECTS
Click on the project title below for a summary:

Discontinuing Operations Completed - IAS 35 was published June 1998

Employee Benefits Completed - IAS 19 was published February 1998

Events After the Balance Sheet Date Completed - IAS 10 was published May 1999

Financial Instruments: Recognition and Measurement Completed - IAS 39 was approved December 1998.

Impairment of Assets Completed - IAS 36 was published June 1998

Fonte: [http://www.iasc.org.uk/frame/cen3_1.htm]

19

ACTIVE PROJECTS
Click on the project title below for a summary:

Agriculture

Business Combinations

Disclosure by Banks and Similar Financial Institutions

Discounting

Electronic Financial Reporting (exploratory staff research project)

Emerging Markets (formerly Developing Countries and Economies in Transition)

Extractive Industries

Financial Instruments Comprehensive Project (International Joint Working Group)

Insurance

Investment Property

Pension Plan Assets

Reporting Financial Performance

Transition Requirements

Fonte: [http://www.iasc.org.uk/frame/cen3_1.htm]

Anexo III

n.º	data	normas interpretativas da CNC
1	1987/12/29	Contabilização, pelo donatário, de equipamento transmitido a título gratuito.
2	1987/12/29	Contabilização de obrigações contratuais das empresas concessionárias de zonas de jogo.
3	1987/12/29	Tratamento contabilístico das contrapartidas derivadas da concessão do jogo do bingo.
4	1987/12/29	Contabilização do direito real de habitação "time-share".
5	1987/12/29	Contabilização de benefícios financeiros e fiscais.
6	1987/12/29	Contabilização de subsídios.
7	1987/12/29	Aquisição de imobilizado mediante o pagamento de uma renda vitalícia.
8	1987/12/29	Reflexos contabilísticos na empresa participante da incorporação de reservas no capital da sociedade participada.
9	1987/12/29	Contas a movimentar nas relações entre a sede de uma empresa e suas filiais.

n.º	data	directrizes contabilísticas da CNC
1	1992/01/16 1992/03/07	Tratamento contabilístico de concentração de actividades empresariais.
2	1992/01/16	Contabilização, pelo donatário, de activos transmitidos a título gratuito.
3	1992/03/04	Tratamento contabilístico dos contratos de construção.
4	1992/03/04	Contabilização de obrigações contratuais de empresas concessionárias.
5	1992/03/04	Tratamento contabilístico das receitas e das obrigações inerentes à concessão do jogo do bingo.
6	1993/03/30	Eliminação dos resultados não realizados nas transacções entre empresas do grupo.
7	1993/03/30	Contabilização das despesas de investigação e desenvolvimento.
8	1993/03/30	Clarificação da expressão «regularizações não frequentes e de grande significado», relativamente à conta 59 «Resultados transitados».
9	1994/04/05	Contabilização nas contas individuais da detentora, de partes de capital em filiais e associadas.
10	1993/03/30	Regime transitório da contabilização da locação financeira.
11	1993/03/30	IVA intracomunitário.
12	1993/03/30	Conceito contabilístico de trespasse.
13	1994/04/05	Conceito de justo valor.
14	1994/04/05	Demonstração dos fluxos de caixa.
15	1995/05/05	Remição e amortização de acções.
16	1995/05/05	Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.
17	1997/08/05 1997/10/11	Contratos de futuro.
18	1997/08/05	Objectivos das demonstrações financeiras e princípios contabilísticos geralmente aceites.
19	1997/07/23 1997/10/11	Benefícios de reforma.
20	1997/08/05 1997/10/11	Demonstração dos resultados por funções.
21	1997/10/22 1998/12/09	Contabilização dos efeitos da introdução do euro.
22	1998/05/15	Transacções sujeitas a impostos especiais sobre o consumo.
23	1998/05/15	Relação entre entidades contabilísticas de uma mesma entidade jurídica.
24	1998/12/16	Empreendimentos conjuntos.
25	1998/12/16	Locações.
26	1999/05/19	Rédito.

As normas do IASC podem ser consultadas no site desta organização⁴²; o quadro que se segue tenta demonstrar as influências dos temas das normas internacionais do IASC nos temas das normas interpretativas e das directrizes contabilísticas da CNC:

⁴² Fonte: [http://iasc.org.uk/frame/cen2_1.htm].

NI CNC	IAS IASC	tema
1	-	Equipamento transmitido a título gratuito.
2	-	Obrigações contratuais das empresas concessionárias de zonas de jogo.
3	-	Contrapartidas derivadas da concessão do jogo do bingo.
4	-	Direito real de habitação "time-share".
5	-	Benefícios financeiros e fiscais.
6	20	Subsídios.
7	-	Aquisição de imobilizado mediante o pagamento de uma renda vitalícia.
8	-	Incorporação de reservas no capital da sociedade participada.
9	-	Relações entre a sede de uma empresa e suas filiais.
DC CNC	IAS IASC	tema
1	22	Concentração de actividades empresariais.
2	-	Activos transmitidos a título gratuito.
3	11	Contratos de construção.
4	-	Obrigações contratuais de empresas concessionárias.
5	-	Receitas e das obrigações inerentes à concessão do jogo do bingo.
6	27	Eliminação dos resultados não realizados nas transacções entre empresas do grupo.
7	9	Despesas de investigação e desenvolvimento.
8	8	Clarificação da expressão «regularizações não frequentes e de grande significado», relativamente à conta 59 «Resultados transitados».
9	28	Partes de capital em filiais e associadas.
10	-	Locação financeira.
11	-	IVA intracomunitário.
12	22	Trespasse.
13	22	Justo valor.
14	7	Demonstração dos fluxos de caixa.
15	-	Remição e amortização de acções.
16	16	Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.
17	32, 39	Contratos de futuro.
18	1	Objectivos das demonstrações financeiras e pcga's.
19	19	Benefícios de reforma.
20	1	Demonstração dos resultados por funções.
21	21	Efeitos da introdução do euro.
22	-	Impostos especiais sobre o consumo.
23	-	Relação entre entidades contabilísticas de uma mesma entidade jurídica.
24	31	Empreendimentos conjuntos.
25	17	Locações.
26	18	Rédito.
27	32, 39	Contratos de opções (em preparação).

Bibliografia

- ALVES, Leopoldo de Assunção (1999) “Normalização contabilística internacional”; papel de trabalho de seminário; Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas; Porto
- COSTA, Carlos Baptista da (1999) “Uma fase crucial para a contabilidade”; Revista de Contabilidade e Finanças n.º 14; Abril-Junho; Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas; Lisboa; p. 3-4
- CRAVO, Domingos J. Silva (1991) “Considerações em torno do paradigma da utilidade”; em AAVV: Actas das IV Jornadas de Contabilidade; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro; Aveiro; p. 303-322
- FERNANDES, José Domingos da Silva (1998): “Harmonização da contabilidade e da auditoria na UE”; papel de trabalho de comunicação; *IV Encuentro Galaico-Duriense de Auditores-Revisores de Cuentas*; Setembro; Santiago de Compostela e A Coruña
- FERNANDES, Octávio Gastambide (1997): Entrevista concedida à Eurocontas, n.º 29, Junho-Julho; Lisboa; pp. 18-21
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE (1999) página do IASC na internet: [<http://www.iasc.org.uk>]
- ROCHA, Armandino (1999): Entrevista concedida à Eurocontas, n.º 47, Março; Lisboa; pp. 4-7
- SANTOS, Luís Lima (1998): “A imagem fidedigna e a incrível mestria de uma estrutura conceptual”; em AAVV: Actas do 1.º Simpósio Internacional “A contabilidade na viragem do século”; Edições Universidade Fernando Pessoa; Porto; p. 237-251
- SIMÕES, Jorge Reis (1999); “IASC: um quarto de século em prol da contabilidade”; Revista de Contabilidade e Finanças n.º 13; Janeiro-Março; Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas; Lisboa; p. 8-13
- TUA PEREDA, Jorge (1996): “Necesitamos un marco conceptual?”; comunicação apresentada nas VI Jornadas de Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa; Lisboa